



Russell Bedford
taking you further

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Relatório sobre a revisão das Informações Intermediárias.

Referente ao 3º trimestre de 2021.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.



Russell Bedford

taking you further

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

Administradores e aos Conselheiros do

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Paranaguá – PR

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias da **ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Trabalhos de Revisão das Demonstrações Contábeis). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Base para Conclusão com Ressalva

Depósitos Judiciais

Conforme nota explicativa nº 9, em 30 de setembro de 2021 a Entidade possui o saldo de R\$ 439.260 mil, à título de Depósitos Judiciais registrados no Ativo Não Circulante, que se referem a discussões judiciais nas quais a Entidade é parte. Não foi apresentada a documentação apropriada e suficiente para corroborar a manutenção destes valores nas demonstrações contábeis intermediárias. Conseqüentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2021.

Passivos Contingentes

Conforme nota explicativa nº 15, em 30 de setembro de 2021 a Entidade possui o saldo de R\$ 443.643 mil à título de Provisões Judiciais registradas no Passivo Não Circulante, referente a discussões judiciais nas quais a Entidade é parte. Não foi apresentada a documentação apropriada e suficiente para corroborar a manutenção destes valores nas demonstrações contábeis intermediárias. Conseqüentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2021.

Obrigações Fiscais e Previdenciárias

Conforme nota explicativa nº 13, em 30 de setembro de 2021 a Entidade possui o saldo de R\$ 224.382 mil, à título de Obrigações Fiscais e Previdenciárias registradas no Passivo Não Circulante. Não foi apresentada a documentação apropriada e suficiente para corroborar a manutenção destes valores nas demonstrações contábeis intermediárias. Conseqüentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2021.

Conclusão com Ressalva

Com base em nossa revisão, com exceção dos assuntos descritos nos parágrafos Base para Conclusão com Ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4).



Russell Bedford

taking you further

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis da ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA para o exercício findo 31 de dezembro de 2020, bem como as informações intermediárias para 30 de setembro de 2020, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados em 10 de março de 2021 e 26 de novembro de 2020, respectivamente, com opinião sem ressalvas em 31 de dezembro de 2020 e conclusão com ressalva em 30 de setembro de 2020 referente a ausência de análise da vida útil e teste de recuperabilidade dos ativos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE

OLIVEIRA:90238435091

Assinado de forma digital por

ROGER MACIEL DE

OLIVEIRA:90238435091

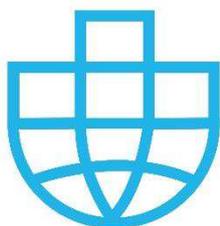
Dados: 2022.03.18 17:14:55 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PORTOS DO PARANÁ - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina

Em 30 de setembro de 2021



**PORTOS
DO PARANÁ**
LOGÍSTICA INTELIGENTE



PARANÁ
**GOVERNO
DO ESTADO**

PORTOS DO PARANÁ – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2021

CONTEÚDO

Balanço Patrimonial.....	3
Demonstração do Resultado do Exercício.....	4
Demonstração do Resultado Abrangente.....	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)	7
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	8 a 30

**PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA**

CNPJ nº 79.621.439/0001-91

Balancos Patrimoniais Consolidados

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	NE	30.09.2021	31.12.2020	Δ%	PASSIVO	NE	30.09.2021	31.12.2020	Δ%
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	04	248.951	220.866	13%	Fornecedores		11.289	9.389	20%
Contas a receber	05	23.016	7.532	206%	Obrigações Trabalhistas	12	19.721	12.725	55%
Impostos a recuperar	06	31.187	36.170	-14%	Obrigações Fiscais	13	71.791	49.619	45%
Estoques	07	11.004	12.072	-9%	Adiantamentos de clientes	14	12.146	10.161	20%
Despesas de exercícios seguintes		541	154	251%					
Adiantamentos a empregados	08	2.136	984	117%					
TOTAL DO CIRCULANTE		316.835	277.778	14%	TOTAL DO CIRCULANTE		114.947	81.895	40%
NÃO CIRCULANTE					NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Depósitos Judiciais Cíveis e Trabalhistas	09	139.232	136.556	2%	Impostos, taxas e contribuições	13	224.382	224.300	0%
Depósitos Judiciais Tributos	09	300.028	270.903	11%	Provisões contingenciais	15	443.643	446.483	-1%
Outros Créditos	10	2.442	1.178	107%					
		441.702	408.637	8%	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		668.025	670.783	0%
IMOBILIZADO	11	571.803	568.587	1%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
INTANGÍVEL	11	2.861	1.809	58%	Capital social	16	1.086.444	1.086.444	0%
		574.664	570.396	1%	Prejuízos acumulados	16	(580.987)	(581.397)	0%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.016.366	979.032	4%	Lucro (Prejuízo) do Exercício	20	45.687		
					Ajuste de avaliação patrimonial		(914)	(914)	0%
					TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		550.230	504.133	9%
TOTAL DO ATIVO		1.333.021	1.256.810	6%	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.333.201	1.256.810	6%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
CNPJ nº79.621.439/0001-91
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO LEVANTADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020
Em 30 de setembro de 2021 e de 2020

	NE	30.09.2021	30.09.2020	Δ%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	17	355.880	316.452	12%
Infraestrutura de Acesso Aquaviário		139.254	129.829	7%
Infraestrutura de Acostagem		10.561	8.971	18%
Infraestrutura Operacional Terrestre		70.973	106.335	-33%
Receitas de Armazenagem		7.230	1.696	326%
Receitas por Utilização de Equipamentos		18.364	22.675	-19%
Diversos Padronizados		8.447	10.663	-21%
Contratos de Arrendamento		100.127	35.097	185%
Receitas Complementares		924	1.185	-22%
DEDUÇÕES DA RECEITA	17	(34.661)	(30.978)	12%
(-) Contribuições sobre Faturamento		(32.741)	(29.167)	12%
(-) Faturas Canceladas		(1.920)	(1.811)	6%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		321.218	285.474	13%
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(107.598)	(149.011)	-28%
Custos Infraestrutura Marítima		(22.432)	(68.225)	-67%
Custos Alocados à Infraestrutura de Acostagem		(4.933)	(5.464)	-10%
Custos Infraestrutura Terrestre		(2.613)	(9.888)	-74%
Custos Alocados à Diversos Padronizados		(4.481)	(7.347)	-39%
Custos Indiretos		(73.139)	(58.086)	26%
LUCRO BRUTO		213.621	136.463	57%
DESPESAS	19	(168.193)	(166.142)	1%
Despesas administrativas				
Despesas com Pessoal		(33.846)	(30.095)	12%
Serviços de Terceiros e Utilidades		(36.121)	(24.265)	49%
Despesas Gerais		(17.732)	(12.088)	47%
Depreciação do imobilizado		(26.743)	(17.819)	50%
Amortização do intangível		(1.368)	(1.345)	2%
		(115.810)	(85.612)	35%
Outras receitas (despesas) operacionais	19			
Despesas PCLD		(21.851)	(20.546)	6%
Outras despesas não operacionais		(30.139)	(54.210)	-44%
Outras receitas(despesas)		(393)	(5.774)	-93%
		(52.383)	(80.530)	-35%
LUCRO OPERACIONAL. ANTES DO RESULT. FINANCEIRO		45.428	(29.679)	-253%
RESULTADO FINANCEIRO	20	8.415	10.877	-23%
Receitas financeiras		8.443	12.065	-30%
(-) Despesas financeiras		(28)	(1.188)	-98%
RESULTADO ANTES DO IR E CS		53.842	(18.802)	386%
Tributos Correntes		(8.156)	-	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	16	45.687	(18.802)	343%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA
CNPJ nº 79.621.439/0001-91
Demonstrações de Resultados Abrangentes
Em 30 de setembro de 2021 e 2020**

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2020</u>
Resultado do exercício	45.687	(18.801)
Outros resultados abrangentes	(914)	-
Total do Resultado do exercício	<u>44.772</u>	<u>(18.801)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA**

CNPJ nº 79.621.439/0001-91

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

Descrição	Capital Social	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos 31.12.2019	1.086.444	(588.098)	498.346
Resultado Líquido do Período		(18.801)	(18.801)
Ajuste de Exercícios Anteriores		(914)	(914)
Saldos 30.09.2020	1.086.444	(607.813)	478.631
Saldos 31.12.2020	1.086.444	(582.311)	504.133
Resultado Líquido do Período		45.687	3.070
Ajuste de Exercícios Anteriores		(7)	(7)
Saldos 30.09.2021	1.086.444	(536.631)	507.196

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
CNPJ nº 79.621.439/0001-91

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Método Indireto)

Em 30 de setembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	30/09/2021	30/09/2020
Fluxos de caixas das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	45.687	(18.801)
Ajustes por	24.357	19.068
Depreciações/amortizações	28.111	19.332
Baixa do ativo imobilizado e intangível	-	10
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	(2.840)	640
Ajuste de exercícios anteriores	(914)	(914)
Aumento (redução) dos ativos	(44.091)	(25.661)
Contas a receber de clientes	(15.485)	(9.536)
Estoques	1.067	(3.561)
Tributos a recuperar	4.929	(7.895)
Despesas antecipadas e outros valores a receber	(2.675)	(1.942)
Depósitos judiciais	(387)	(2.727)
Demais créditos	(31.540)	-
Aumento (redução) dos passivos	(9.071)	25.593
Fornecedores	(1.900)	16.355
Obrigações sociais e trabalhistas	(7.077)	(5.765)
Impostos e contribuições a recolher	(22.173)	13.595
Adiantamentos de clientes e outras obrigações a pagar	22.079	1.408
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	16.880	199
Fluxos de caixas das atividades de investimentos		
Imobilizado	11.205	(29.734)
Caixa líquido tomado nas atividades de investimentos	11.205	(29.734)
Fluxos de caixas das atividades de financiamentos		
Caixa líquido gerado (tomado) nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	28.085	(29.535)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	220.866	305.008
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	248.951	275.473

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 30 de setembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Porto de Paranaguá iniciou sua operação em 1832 como um atracadouro gerido por particulares. Em 1917, o Governo do Paraná passou a administrar o Porto que recebeu o nome de Dom Pedro II em homenagem ao Imperador. No entanto, sua inauguração só ocorreu de fato no ano de 1935, em 17 de março, com a atracação do navio “Almirante Saldanha” da Marinha do Brasil.

Em 11 de julho de 1947, foi criada a Autarquia Estadual que levou o nome de Administração do Porto de Paranaguá, cuja denominação foi modificada posteriormente, no ano de 1971, pela Lei nº 6.249 efetivando a fusão com a Administração do Porto de Antonina criando a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), ficando a APPA responsável pela administração do Porto Dom Pedro II (Paranaguá) e do Porto Barão de Teffé (Antonina).

Algumas fases podem ser reconhecidas durante a evolução e história do Porto de Paranaguá. Tem-se a fase de estabelecimento às margens do Rio Itiberê, que ocorreu no século XVI; a fase de expansão, referente à mudança do porto para as margens da baía no início do século XX, tornando assim viável o acesso de embarcações maiores; e, por fim, a fase de especialização, na década de 1950, com granéis sólidos, iniciando com o café, e posteriormente com soja e farelo, originando o Complexo Corredor de Exportação, nos anos 1970.

Nos anos 1950 e 1960, com o auge do café, a cidade de Paranaguá teve uma expansão urbana entre os Rios Itiberê e Emboguaçu e Ilha dos Valadares. A construção da BR-277, em 1967, também se apresentou como um fator impactante no desenvolvimento do Porto de Paranaguá, sendo responsável pela ligação do litoral paranaense com o extremo oeste, resultando na ampliação da ligação entre novas áreas produtoras de cereais no Brasil, diversificando o volume de negócios no Porto.

Em 11 de dezembro de 2001 o governo do Paraná firmou um Convênio de Delegação com a União por intermédio do Ministério dos Transportes e com a regulação e fiscalização pela ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) com prazo de vigência de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos.

Em 13 de agosto de 2019, o Estado do Paraná é o primeiro Estado do Brasil a receber autonomia para administrar contratos de exploração de áreas dos portos organizados. Com a medida, a gestão dos arrendamentos de instalações portuárias, que antes eram definidos pela Secretaria Nacional de Portos, passam a ser controlados pela empresa pública Portos do Paraná.

Na data de 05 de maio de 2020, foi assinado antecipadamente a prorrogação do Convênio de Delegação nº.37/2001, atualizando a vigência para até 1º de janeiro de 2052 e suas cláusulas conforme a legislação do setor, como por exemplo a Lei nº.13.303/2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais), Lei nº.12.815/2013 (Marco Regulatório dos Portos) e demais normas que passaram a vigorar após dezembro de 2001.

2 – BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As informações trimestrais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.973/14 e Lei nº 13.303/16, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB.

Não há mudanças nas operações da Companhia, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Companhia ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

2.2. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras, apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$),

a moeda funcional do ambiente econômico onde a Companhia atua. Os valores apresentados nas Demonstrações e nas Notas Explicativas também são apresentados em milhares de reais exceto quando apresentados em outro formato indicado.

2.4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os efeitos das revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidos na ocasião da própria revisão e/ou em qualquer período futuro afetado.

As principais premissas utilizadas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos são apresentadas a seguir:

- a) Valor justo de instrumentos financeiros; e
- b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

2.5. DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das informações trimestrais em 25 de outubro de 2021.

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita da prestação dos serviços no curso normal das atividades é medida

pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o cliente, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços disponibilizados aos usuários do porto, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

b. Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de descontos e de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros, multas e variações monetárias.

c. Ativos circulante e não circulante

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, são iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado e podem ser utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

- Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

- Depósitos Judiciais

Representam depósitos realizados pela Companhia relativos a processos judiciais ou administrativos em curso.

- Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Até o primeiro trimestre de 2021, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

- Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor líquido de realização.

d. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando

aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

- Fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, posteriormente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

- Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação, legal ou constituída, como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

- Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro.

f. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda (pronunciamento contábil CPC 25) inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

g. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Durante o exercício de 2021, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) as revisões das referidas normas abaixo, já vigentes:

CPC	ALTERAÇÃO/IMPACTO
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual/ <i>Framework</i>	Revisão de conceitos e esclarecimentos
CPC 06 (R2) – Arrendamentos/ <i>IFRS 16 Leases</i>	Efeitos de COVID-19 nos contratos impactados
CPC 15 (R1) – Combinação De Negócios/ <i>IFRS 3 Business Combinations</i>	Definição de “negócios”
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança De Estimativa e Erro/ <i>IAS 8 Accounting Policies, Changes In Accounting Estimates And Errors</i>	Definição do conceito de “material”
CPC 26 (R1) – Apresentação Das Demonstrações Contábeis/ <i>IAS 1 Presentation Of Financial Statements</i>	Definição do conceito de “material”
CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação/ <i>IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures</i>	Taxa de juros de referência em <i>hedge</i>
CPC 48 – Instrumentos Financeiros/ <i>IFRS 9 Financial Instruments</i>	Taxa de juros de referência em <i>hedge</i>

As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação.

h. Adoção de Novo Plano de Contas – Contabilidade Regulatória

Com a adesão da Portos do Paraná à Contabilidade Regulatória da Agência Nacional de Transportes Aquaviários em 2018, conforme RN nº15-ANTAQ, que instituiu o Sistema de Contabilidade Regulatória Aplicável ao Setor Portuário (SICRASP), foi adotado como plano de contas da empresa, para que a empresa pudesse agilizar a geração e envio dos arquivos componentes do SICRASP e assim manter a sua regularidade perante a Agência Reguladora.

04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2021	31/12/2020
	R\$/1.000	R\$/1.000
Bancos conta movimento	28.857	19.569
Bancos conta vinculada (i)	814	827
Aplicações financeiras (ii)	289.526	289.032
Aplicações financeiras (iii)	(88.440)	(88.563)
Total	230.757	220.865

(i) Saldo de Contas Bancárias conjuntas com clientes e prestadores de serviços depositados a título de garantia de contratos. A relação dos contratos garantidos está relacionada na tabela a seguir, e os valores estão em:

Contrato	Contrato de Passagem	Saldo em 30.09.2021	Banco	Agência	C/C
009/2010	Cattalini Terminais Marítimos	13,0	001	0259-3	70.700-7
027/2010	Centrosul Serviços Marítimos Ltda.	311,4	001	0259-3	69.795-8
011/2010	CPA Terminal Paranaguá S.A.	93,8	001	0259-3	70.673-6
029/2010	Harbor Operações Portuárias	14,1	001	0259-3	70.672-8
014/1999	Cattalini Terminais Marítimos	28,7	001	0259-3	70.817-8
003/1995	Terminais Portuários Ponto do Felix	81,3	001	0259-3	71.254-X
31/2019	MTRD Telecomunicações Ltda	0,5	001	0259-3	24.632-8
053/2014	Openport Sistemas Ltda	206,8	001	0259-3	68.576-3
018/2007	Bestra Equipamentos Industriais Ltda	4,5	001	0259-3	44.469-3
065/2012	Central de Serviços Gardin Ltda	2,4	001	0259-3	69.730-3
020/2012	E-Sales Soluções de Integração Ltda	1,2	001	0259-3	68.620-4
075-2012	Inforshop Suprimentos Ltda	1,0	001	0259-3	69.818-0
004/2016	Portal Serviços de Pavimentação Ltda	17,9	001	0259-3	62.640-6
006/2007	Sigmafone Telecomunicações Ltda	1,3	001	0259-3	44.473-1
009/2008	Técnica Joss de Elevadores	0,7	001	0259-3	58.752-4
N/I	Volvo - BR - Repres. Pinho Comissária	2,7	001	0259-3	71.253-1
TOTAL		779,8			

(ii) Valores aplicados em Certificados de Depósitos Bancários CDB e fundo exclusivo. Os valores aplicados em CDBs são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, remunera a empresa a uma taxa média anual de remuneração de 99,50%. Os valores aplicados em fundos de investimentos possuem uma remuneração média de 100% ao CDI. Os fundos são administrados em parte pelo Banco do Brasil e em parte pela Caixa Econômica Federal.

(iii) Refere-se a um bloqueio judicial nas cotas da aplicação junto ao Banco do Brasil – Fundo Exclusivo, como garantia de caixa na discussão de ações trabalhistas e cíveis em andamento. A composição do bloqueio está no item (ii) da NE nº 09.

05 – CONTAS A RECEBER

A Portos do Paraná, na condição de Autoridade Portuária é responsável pela cobrança das tarifas portuárias aprovadas pela ANTAQ para os Portos do Paraná. As tarifas para movimentação de carga, descarga e baldeação são conhecidas por INFRAMAR (Receitas da Infraestrutura do acesso Aquaviário), para movimentação das cargas entre o berço e o armazém ou limite da área do porto são INFRAPORT (Receitas da Infraestrutura Terrestre) e pela utilização da infraestrutura de acostagem são as tarifas conhecidas como INFRACAIS (Receitas

da Infraestrutura de Acostagem). O valor a receber de clientes em 30 de setembro de 2021 é de R\$14.892 (R\$7.532 em 31 de dezembro de 2020). A composição destes títulos por idade de vencimento é apresentada no quadro a seguir:

	30/09/2021	31/12/2020
A vencer	19.328	1.353
Vencidos até 30 dias	4	2.490
Vencidos de 30 a 180 dias	184	264
Vencidos a mais de 180 dias (i)	3.500	3.425
Total	23.016	2.032
Parcela do circulante	23.016	7.532
Parcela do não circulante	-	-
Total	23.016	7.532

	30/09/2021	31/12/2020
Depósito judicial – processo 1749/07 (ii)	264.457	242.606
Provisão para perda (Ofício 170/17 (TCE))	(264.457)	(242.606)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (iii)	21.709	21.709
Provisão para perda	(21.709)	(21.709)
Total	-	-

(i) O saldo de títulos vencidos a mais de 180 dias é composto da seguinte forma:

Cliente	Valor original
Terminais Port. Ponta do Félix	3.188
Forte Solo Serviços Integrados	28
Informatizar	20
Outras	264
Total	3.500

(ii) O montante classificado nesta rubrica refere-se ao processo judicial nº 1749/2007(hoje tramitando na 1ª Vara Federal de Paranaguá sob o nº 5000750-31.2016.404.7008), no qual o SINDOP – Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Paraná, questiona em nome de alguns de seus associados a legalidade de reajuste tarifário aprovado pela Resolução 715/2007-ANTAQ e autorizado pelo Conselho de Autoridade Portuária – CAP. E o juízo proferiu uma decisão liminar determinando que a diferença entre a tarifa originária e o reajuste fosse depositado em juízo até a resolução da

lide. Para facilitar o controle a PORTOS DO PARANÁ emite faturas distintas referente a este acréscimo da tarifa aos clientes, os quais após efetuarem o depósito em juízo apresentam a administração portuária os comprovantes de recolhimento. Com a transformação da PORTOS DO PARANÁ em empresa pública, em setembro de 2014, estes valores foram reclassificados no ativo não circulante – créditos de longo prazo. Em 2017, o Tribunal de Contas do Estado – TCE, em um processo de auditoria expediu o ofício nº 170/2017 que pontua a incerteza do recebimento dos valores depositados em juízo e que eles não geram aumento dos benefícios econômicos. Sendo assim, para cumprir a orientação do TCE e evitar o superdimensionamento do ativo da Companhia foi registrado como PCLD o montante idêntico desta rubrica. A contrapartida do lançamento foi realizada no Patrimônio Líquido para o montante de exercícios anteriores e em conta de resultado como reversão de receita para as faturas emitidas a partir de 2017. A PORTOS DO PARANÁ optou por manter na base tributável para fins de apuração de impostos e contribuições o valor depositado mensalmente pelos clientes, mantendo o conservadorismo adotado como prática de gestão.

- (iii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi criada no exercício de 2015 após uma extensa e criteriosa análise dos títulos em aberto. O montante identificado no levantamento realizado pela Companhia constatou que estes títulos se referem a períodos anteriores a 2010. As limitações do sistema de gestão utilizado na época e a falta de documentos que informem e comprovem o andamento das cobranças realizadas impossibilitam juridicamente o direito de recebimento destes títulos. Por esta razão optou-se pela criação da provisão com contrapartida considerada indedutível para fins de apuração de tributos – IRPJ e CSLL. Os lançamentos realizados após estes registros iniciais recebem a tratativa conforme determina a norma contábil vigente.

06 – TRIBUTOS A RECUPERAR

	30/09/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	22.799	21.914
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	8.207	7.889
Programa de Integração Social – PIS	32	1.139
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	149	5.228
Total	31.187	36.170

07 – ESTOQUES

O gerenciamento do estoque é realizado no sistema GMS – Gestão de Materiais e Serviços utilizados por todas as entidades públicas estaduais do Paraná. Todos os itens (produtos e mercadorias, exceto bens do ativo imobilizado, adquiridos pela administração portuária transitam pelo almoxarifado, ou seja, são registrados na aquisição e baixados quando da solicitação através de requerimento de utilização enviado pelos departamentos da PORTOS DO PARANÁ ao setor responsável. A contabilidade realiza os registros de baixa no sistema de gestão – Sênior mediante relatório emitido no GMS. O saldo de estoques em 30 de setembro de 2021 é de R\$11.004 e em 31 de dezembro de 2020 é de R\$12.072.

08 – ADIANTAMENTOS

Os valores dos adiantamentos se referem ao cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho 2019/2021, que estabelece que o empregado quando de sua fruição de férias pode optar em receber a 1ª parcela do 13º Salário, juntamente com outras verbas específicas das suas férias. O Adiantamento de passagens se refere à aquisição de passagens aéreas para a Intermodal 2020 que teve sua realização cancelada pela pandemia de COVID-19 e esse valor está em processo de análise de devolução pela Secretaria de Administração e Previdência, gestora do sistema Central de Viagens.

	30/09/2021	31/12/2020
Salário	18	
13º Salário	2.011	-
Férias	97	965
Adiantamento de passagens	9	19
Total	2.135	984

09 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos registrados no Ativo da Companhia se referem a discussões judiciais na qual a PORTOS DO PARANÁ é parte. Enquanto não ocorrer o trânsito em julgado destas ações não é possível determinar se estes valores retornarão à Companhia, em caso de ganho na ação, ou serão transferidas para o resultado como despesas dedutíveis para cálculo de IRPJ e CSL, em caso de decisão final não favorável a PORTOS DO PARANÁ. Os depósitos estão classificados conforme o quadro a seguir:

	30/09/2021	31/12/2020
Trabalhistas (i)	30.686	29.286
Tributos (ii)	300.028	270.903
Cíveis	18.691	18.705
Outros (iv)	89.853	88.564
Total	439.258	407.458

- (i) O valor refere-se a depósitos recursais de ações trabalhistas em fase de conhecimento e que, portanto, não foram finalizadas. Também constam registrados nesta rubrica os valores depositados para as ações que ocorreram o trânsito em julgado e estão na fase de liquidação de sentença.
- (ii) Em novembro de 2014 a PORTOS DO PARANÁ ajuizou uma ação em face da União pleiteando o reconhecimento da imunidade tributária. Neste mesmo processo a Companhia solicitou o recolhimento através de depósito judicial para os valores apurados mensalmente dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil até o trânsito em julgado da ação de Imunidade Tributária. Em 26 de novembro de 2014, foi proferida decisão liminar autorizando a PORTOS DO PARANÁ a efetuar depósito judicial dos tributos federais. Em razão desta conduta prevista no Código Tributário Nacional – CTN, inciso II do art. 151, a exigibilidade dos tributos fica suspensa até a resolução da lide.
- (ii) O valor de R\$89.853 em 30 de setembro de 2021 e R\$88.564 para 31 de dezembro de 2020 registrado em Outros refere-se ao bloqueio da aplicação financeira da PORTOS DO PARANÁ conforme mencionado na nota explicativa nº 04.

Bloqueios por natureza das ações judiciais

	30/09/2021	31/12/2020
Trabalhistas	18.177	18.265
Cíveis	71.676	70.299
Total	89.853	88.564

10 – OUTROS CRÉDITOS

	30/09/2021	31/12/2020
Garantia de Contrato Copel Comercializadora	1.317	-
Convênio 54/2018 FUNESPAR	751	886
Provisão de IRRF sobre aplicações	374	292
Total	2.442	1.178

O Convênio com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá tem por objetivo a cooperação técnica, científica, cultural e financeira entre as Partícipes visando estruturar, implantar e gerenciar uma base de prontidão especializada no resgate e na despetrolização de fauna em caso de acidentes ambientais na área do Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP), em atendimento aos Planos de Emergência Individual (PEI) da APPA. O objeto do convênio é contraprestação obrigatória por parte da autoridade portuária, para a manutenção de sua licença ambiental para operação das atividades portuárias na baía de Paranaguá.

Foi assinado contrato nº 42/2021 com a Copel Comercializadora para aquisição de energia no Mercado Livre de Energia, modalidade que resultou em economia no custo com este insumo. O referido contrato (Cap. IX) exigia a condição de a Portos do Paraná manter em conta o valor da garantia financeira.

11 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Movimentação Imobilizado (R\$/mil)							
ESPÉCIE DE BEM	Veículos	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Construções	Máquinas e Aparelhos e Equipos	Móveis e Utensílios	Equip. de Inform. e Tecnologia
Dezembro 2020	88	135.254	158.856	35.762	171.051	1.703	791
Aquisições	-	-	-	-	123	302	1.294
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação / Amortização	(66)	-	(5.786)	(2.509)	(11.583)	(198)	(498)
Transferência	-	-	237	-	-	-	-
Ajuste Contábil	-	-	-	-	798	-	-
Reversão	-	-	-	-	-	-	-
Setembro 2021	22	135.254	153.308	33.253	160.389	1.806	1.587

ESPÉCIE DE BEM	Instalações	Equip. de medição	Imobilizado em andamento	TOTAL Imobilizado	Intangível	Intangível em andamento	TOTAL Intangível	TOTAL GERAL
Dezembro 2020	64.985	22	74	568.587	1.726	83	1.809	570.396
Aquisições	137	-	31.451	33.307	428	1.605	2.033	35.340
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação / Amortização	(7.050)	(2)	-	(27.692)	(1.368)	-	(1.368)	(29.060)
Transferência	-	-	(237)	-	-	-	-	-
Ajuste Contábil	-	-	(3.196)	-	-	-	-	-
Reversão	-	-	-	-	-	-	-	-
Setembro 2021	58.072	20	28.092	571.803	786	1.688	2.475	574.278

12 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	30/09/2021	31/12/2020
Ordenados a pagar	2.479	2.832
Provisão para Férias	9.419	9.893
Provisão para 13º Salário	4.187	-
Provisões Judiciais	3.283	
Outras Obrigações	352	
Total	19.720	12.725

13 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	30/09/2021	31/12/2020
Encargos da Folha	3.704	3.789
Contribuição Previdenciária - INSS	1.428	1.429
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	382	580
Imposto de renda retido na fonte – IRRF Folha	1.894	1.780
Contribuições sobre o Faturamento	186.088	162.617
Contribuição para o Fin. da Seguridade Social - COFINS	153.158	133.855
Programa de Integração Social - PIS	32.930	28.762
Impostos e Contribuições sobre Resultados	100.552	91.193
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	26.521	24.031
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	74.031	67.162
Encargos Retidos de Fornecedores	2.781	2.542
Contribuição Previdenciária (Lei 10.833/03)	356	251
Imposto de Renda Retido na Fonte (Lei 10833/03)	511	159
Outros Tributos Federais (PIS/COFINS/CSLL)	1.596	1.757
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	318	375
Parcelamento INSS/SEFA-PR	3.048	13.777
TOTAL	296.173	273.919
Parcela do Circulante	71.791	49.619
Parcela do Não Circulante	224.382	224.300

14 – ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Para que seja liberada qualquer operação nos Portos de Paranaguá e Antonina o cliente deverá obrigatoriamente efetuar um adiantamento dos valores referente à operação pretendida. O aporte poderá ser através de caução, seguro ou fiança. Esta norma interna foi estabelecida na Ordem Serviço nº 237-12 e é utilizada inclusive para o consumo de água e energia elétrica dentro da área do porto organizado. Os adiantamentos são registrados na contabilidade e após o fechamento da operação, a PORTOS DO PARANÁ emite a fatura correspondente e compensa o valor do adiantamento recebido. Em 31 de setembro de 2021 o valor desta conta é de R\$12.145 e de R\$10.161 em 31 de dezembro de 2020.

15 – PROVISÕES JUDICIAIS

	30/09/2021	31/12/2020
Trabalhistas	119.068	121.909
Cíveis	28.149	28.149
Administrativas	269.052	269.052
Precatórios (i)	27.373	27.373
Total	443.642	446.483
Parcela do circulante	-	-
Parcela do não circulante	443.642	446.483

- (i) As execuções para a cobrança de dívida de órgãos de Direito Público da União, Estados, Municípios, Autarquias e Fundações Públicas se processam pela expedição de uma ordem de pagamento para inclusão desta dívida no orçamento público. Este título é conhecido como precatório requisitório e é expedido após decisão transitado em julgado da qual o ente público tenha sido condenado. Em algumas ações o juiz determina que o valor devido possa ser reconhecido como precatório do Governo do Estado, podendo ou não ser aceito dentro do prazo estipulado, portanto, reconhecemos a provisão destas ações no curto prazo, pois caso o Estado determine o pagamento, a PORTOS DO PARANÁ deverá cumprir a requisição.

A PORTOS DO PARANÁ possui um número elevado de ações judiciais em razão da sua operação, visibilidade e representatividade econômica para o Estado do Paraná. A equipe de advogados subordinados a Diretoria Jurídica atua em todas as áreas de contencioso, administrativo e consultivo.

Para a data base de 30 de setembro de 2021 as ações estavam assim distribuídas:

	Provável	Qtde.	Possível	Qtde.
Ações administrativas	269.052	71	2.649	2
Ações cíveis	28.149	41	991.555	93
Ações trabalhistas	119.847	534	26.509	240

16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social da PORTOS DO PARANÁ é de R\$1.086.443.861,38 (um bilhão, oitenta e seis milhões e quatrocentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos), totalmente integralizados pelo Estado do Paraná.

O capital social da Companhia só poderá ser alterado por decreto do poder executivo, mediante a capitalização, doação, bens, reservas e outros recursos de bens e direitos que vierem a ser destinados a esse fim com anuência do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Ordinária.

b) Resultado do período

O resultado contábil para o período findo em 30 de setembro de 2021 foi um lucro de 45,687 milhões de reais e para o mesmo período no exercício de 2020 a Companhia registrou um prejuízo líquido de 10,514 milhões de reais. Os lucros auferidos pela PORTOS DO PARANÁ deverão ser utilizados em investimentos que beneficiem o próprio porto organizado conforme determinado no convênio de Delegação. O prejuízo do período é transferido para a conta prejuízos acumulados.

O EBITDA, que significa Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, no 3º Trimestre atingiu a marca de 73,539 milhões e o EBITDA Ajustado, que soma ao EBITDA outras despesas operacionais e PCLD, conseguiu atingir 125,529 milhões.

	30/09/2021	30/09/2020
EBITDA	73.539	(10.514)
EBITDA Ajustado	125.529	64.242
Margem EBITDA	23%	-4%
Margem EBITDA Ajustado	39%	23%

c) Prejuízos acumulados

O prejuízo acumulado registrado no patrimônio líquido da PORTOS DO PARANÁ para 30 de setembro de 2021 é de R\$580.986 e de R\$581.397 para o período findo em 31 de dezembro de 2020.

17 – RECEITA OPERACIONAL

	30/09/2021	30/09/2020	Δ%
Infraestrutura de Acesso Aquaviário	139.254	129.829	7%
Infraestrutura de Acostagem	10.561	8.971	18%
Infraestrutura Operacional Terrestre	70.973	106.335	-33%
Receitas de Armazenagem	7.230	1.696	326%
Diversos Padronizados	8.447	10.663	-21%
Receitas por Utilização de Equipamentos	18.364	22.675	-19%
Contratos de Arrendamento	100.127	35.097	-21%
Receitas Complementares	924	1.185	-22%
	355.880	316.451	12%
(-) Deduções da receita	(34.661)	(30.978)	12%
Receita operacional líquida	321.219	285.474	13%

As receitas da PORTOS DO PARANÁ são obtidas pela cobrança da disponibilização da infraestrutura do porto organizado aos operadores portuários para que realizem as operações de importação e exportação de produtos e mercadorias e sua armazenagem. A disponibilização do cais, canal de acesso e armazéns são cobradas mediante emissão de faturas. Para cada espécie de tarifa cobrada há uma tabela cujo valores foram aprovados pelo órgão regulador – ANTAQ.

A receita de arrendamento é reconhecida mensalmente no resultado e sua cobrança ocorre conforme estipulado no contrato firmado com o arrendatário. A base para o cálculo do valor mensal devido compreende um valor sobre cada m² arrendado e o um valor sobre o volume de cargas movimentadas no mês.

As tarifas de armazenagem são cobradas no momento da retirada da mercadoria pelo cliente. As demais receitas operacionais relacionadas com a utilização da infraestrutura portuária são reconhecidas na contabilidade no fechamento de cada navio.

Em relação aos tributos incidentes sobre o faturamento, PIS e COFINS no caso da

PORTOS DO PARANÁ, eles estão sendo discutidos na ação judicial interposta pela Administração Portuária em face da União para reconhecimento da Imunidade Tributária. Enquanto a lide perdurar, por prudência, a PORTOS DO PARANÁ apura as contribuições pelo regime não cumulativo e o valor mensal apurado é recolhido através de depósito judicial conforme liminar obtida junto a 1ª Vara Federal de Paranaguá em 26 de novembro de 2014.

18 – CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais da PORTOS DO PARANÁ, compreendem gastos para manter a infraestrutura e as condições necessárias de funcionamento dos portos paranaenses, sendo todas aquelas relacionadas à atividade finalística da Autoridade Portuária, conforme a Lei 12.815/2013, o Convênio de Delegação da exploração dos portos paranaenses da União ao Estado do Paraná, e o Estatuto Social da empresa. Os custos são todas as obrigações como dragagem de manutenção do canal de acesso, bacia de evolução e berços de atracação, sinalização náutica, batimetria para verificação das profundidades, além de segurança portuária, gestão ambiental, estrutura e mão-de-obra de fiscalização, seguro compreensivo portuário etc. Os custos se classificam conforme tabela abaixo:

Custos dos Serviços Prestados	30/09/2021	30/09/2020	Δ%
Custos da Infraestrutura Marítima	22.432	68.225	-67%
Custos da Infraestrutura de Acostagem	4.933	5.464	-10%
Custos da Infraestrutura Terrestre	2.613	9.888	-74%
Custos Alocados à Serviços Padronizados	4.481	7.347	-39%
Custos Indiretos	73.139	58.086	26%
Total	107.598	149.010	-28%

19 – DESPESAS

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme quadro a seguir:

Despesas Administrativas	30/09/2021	30/09/2020	Δ%
Despesas com Pessoal	33.846	30.095	12%
Serviços de Terceiros e Utilidades	36.121	24.265	49%
Despesas Gerais	17.732	12.088	47%
Depreciação do imobilizado	26.743	17.819	50%
Amortização do intangível	1.368	1.345	2%
Total	115.810	85.612	35%

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme quadro a seguir:

Despesas operacionais	30/09/2021	30/09/2020	Δ%
Despesas PCLD (i)	21.851	20.546	6%
Outras Despesas Operacionais (ii)	30.139	54.210	-44%
Outras receitas(despesas) não recorrentes	393	5.774	-93%
Total	52.383	80.530	-35%

- (i) As despesas com Provisão de Liquidação Duvidosa são aquelas referente à ação que o SINDOP impetrou contra a Portos do Paraná e que por recomendação do TCE são contabilizadas despesas de perda devido à falta de expectativa a curto prazo de recebimento dos valores questionados na referida ação (Vide N.E. nº05).
- (ii) A linha de outras despesas operacionais se refere às despesas com ações judiciais executadas, pagamento taxas obrigatórias e despesas emergenciais para atendimento às ações de combate à pandemia de COVID-19. As despesas com Provisão de Liquidação Duvidosa são aquelas referente à ação que o SINDOP impetrou contra a Portos do Paraná e que por recomendação do TCE são contabilizadas despesas de perda devido à falta de expectativa a curto prazo de recebimento dos valores questionados na referida ação (Vide N.E. nº05)

20 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	30/09/2021	30/09/2020
Receita financeira		
Juros recebidos ou auferidos	88	4.629
Rendimento de aplicação financeira	8.354	7.436
Total	8.442	12.065
Despesa financeira		
Juros pagos	-	(1.159)
Tarifas bancárias	(27)	(29)
Total	(27)	(1.188)
Variação Cambial Líquida	-	-
Resultado financeiro	8.415	10.877

21 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A PORTOS DO PARANÁ, efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os objetivos e processos de gestão dos riscos e os métodos utilizados para mensurá-los, são apresentados a seguir:

a) Risco de crédito

A PORTOS DO PARANÁ está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais em relação às contas a receber, depósitos e aplicações em instituições financeiras.

Todas as receitas da PORTOS DO PARANÁ, tanto as tarifas cobradas pelo acesso e utilização do cais como também as receitas de apoio e armazenagem são recebidas de forma antecipada do cliente, minimizando os riscos de inadimplência. A receita de arrendamento é cobrada mensalmente e, representa cerca de 11% do faturamento total da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. O montante do risco para o período findo em 30 de setembro de 2021 está demonstrado a seguir:

	<u>30/09/2021</u>
Caixa e equivalente de caixa	248.951
Contas a receber	23.016
Total	<u>271.967</u>

b) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: as aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

c) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada no porto organizado é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro para que a PORTOS DO PARANÁ possa honrar os compromissos assumidos para manutenção da infraestrutura e investir recursos para tornar o porto mais eficiente.

d) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da infraestrutura portuária concedida ao Estado do Paraná por meio do 1º aditivo ao Convênio de Delegação nº 037/2001 com vigência até 2052. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

22 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

É a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade. Transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

Saldo a pagar a partes relacionadas

Entidades controlada pelo Estado do Paraná	30/09/2021	31/12/2020
Copel Distribuição S.A.	730	1.289
Copel Comercialização S. A	-	-
Cia de Tecnologia da Informação do Paraná	796	1.363
Copel Telecomunicações S.A.	28	477
TOTAL	1.554	1.840

REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS (em R\$)

	30/09/2021	31/12/2020
CONSAD -Conselho de Administração	44.982,00	44.982,00
COFIS - Conselho Fiscal	11.245,50	11.245,50
COAUD - Comitê de Auditoria	8.434,14	8.434,14
CIA – Comitê de Indicação e Avaliação	2.811,38	2.811,38
Total	67.473,02	67.473,02

QUANTIDADE DE MEMBROS

	30/09/2021	31/12/2020
CONSAD -Conselho de Administração	9	9
COFIS - Conselho Fiscal	3	3
COAUD - Comitê de Auditoria	3	3
CIA – Comitê de Indicação e Avaliação	6	6
Total	18	18

23 – SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da Portos do Paraná e com os bens da União sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 10 de janeiro de 2021 a 10 de janeiro de 2022.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 05/06/2013, e com vigência de 27 de janeiro de 2021 a 27 de janeiro de 2022.

A cobertura para danos aos veículos da frota própria (35 veículos) bem como eventuais danos materiais e corporais a terceiros causados em função da atividade da empresa está garantida por apólice com vigência de 14/04/2021 a 14/04/2022.

Abaixo, valores das coberturas vigentes (em milhares de reais):

	30/09/2021	31/12/2020
Riscos operacionais	75.000	75.000
Automóveis	1.750	1.750
Responsabilidade civil	10.000	10.000
TOTAL	86.750	86.750

24 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes que passíveis de publicação e/ou ajuste contábil no período com compreenda a data de fechamento do trimestre e a emissão desta Demonstração Contábil.



Assinado digitalmente por
RODRIGO NERIS
CAVALCANTI:28542005864
Razão: Eu atesto a precisão
e a integridade deste
documento
Localização: Paranaguá-PR
Data: 2022-03-22 11:33:50

Rodrigo Neris Cavalcanti
CRC PR-066466/O-9
Contador Responsável



Assinado digitalmente por ADMINISTRACAO
DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA:
7362143900191
Razão: Eu atesto a precisão e a integridade deste
documento
Localização: Paranaguá-PR
Data: 2022-03-22 11:35:21

Luiz Fernando Garcia da Silva
Diretor-Presidente

Paranaguá, 30 de outubro de 2021.